



INVESTIGAÇÃO NO INSS

Escândalo de fraudes tem ramificação no DF

Conafer, Contag e CBPA, registradas em Brasília, estão entre as suspeitas de efetuar descontos não autorizados em benefícios previdenciários. Governo anuncia corregedor da Procuradoria-Geral Federal para o comando do instituto

» VANILSON OLIVEIRA
» LUANA PATRIOLINO

Três entidades com sede no Distrito Federal estão entre as investigadas na fraude contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) estão na mira da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU), em meio à apuração sobre o esquema que movimentou R\$ 6,3 bilhões em descontos indevidos nas folhas de pagamento de aposentados e pensionistas.

Segundo o relatório da PF, a Conafer apresentou crescimento exponencial em número de associados. Em dezembro de 2021, eram 231.242; em dezembro de 2022, passou para 443.754, e, em dezembro de 2023, o número era de 641.454 filiados.

O relatório também destacou o aumento da arrecadação. Em dezembro de 2021, a Conafer havia recolhido R\$ 54 milhões; em 2022, R\$ 93,5 milhões; saltando para R\$ 202,3 milhões em dezembro de 2023.

No caso da CBPA, a auditoria da CGU revelou que a entidade não apresentou qualquer documentação válida que comprovasse o vínculo dos segurados com a associação. No relatório não existem registros de filiados nos anos de 2021 e 2022. O único registro é de dezembro de 2023, que consta 341.439 filiados.

Já a Contag, entre 2019 e 2024, arrecadou mais de R\$ 2 bilhões por meio de descontos nos benefícios de mais de 1,3 milhão de aposentados e pensionistas.

Além das confederações, o relatório da PF revela a existência de

mais quatro empresas de fachada também com sede na capital federal que eram utilizadas para movimentação dos valores arrecadados.

Todas foram registradas com capital social mínimo de R\$ 10 mil, mas movimentaram altos valores. E ainda compartilham endereços comerciais, sócios e estruturas jurídicas na capital federal. Conforme as apurações, um dos principais operadores do grupo, Antonio Carlos Camilo Antunes, chamado "Careca do INSS" adquiriu um imóvel de R\$ 3,3 milhões no Lago Sul, e a suspeita é de ter sido pago com recursos desviados do INSS. A defesa dele nega qualquer irregularidade.

Defesa

O **Correio** entrou em contato com a Conafer e com a CBPA, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Em nota, a Contag afirmou, ontem, que fez duas denúncias ao INSS sobre os descontos indevidos e práticas abusivas contra aposentados e pensionistas rurais.

A entidade alegou que não praticou nenhuma irregularidade em relação ao processamento de descontos de mensalidades associativas nos benefícios previdenciários e que possui todos os documentos sobre a autorização de aposentados para os descontos.

"Documentos que atendem aos critérios de legalidade estabelecidos pelo INSS foram encaminhados em sua totalidade pela Contag à autarquia, comprovando que o desconto da mensalidade associativa foi autorizado por todos os aposentados e pensionistas associados aos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais filiados ao Sistema Confederativo Contag", informou.

Divulgação CGU



Gilberto Waller Júnior, corregedor da Procuradoria-Geral Federal, assumirá o comando do INSS, segundo anúncio do governo

Novo presidente para o órgão

» Haddad fala em reparar os danos

O procurador federal Gilberto Waller Júnior, corregedor da Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União (AGU), foi nomeado, ontem, como novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo nota oficial da Secretaria de Comunicação Social (Secom), a nomeação de Waller Júnior foi determinada à chefe substituta da Casa Civil, Míriam Belchior, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo presidente do INSS é bacharel em ciências jurídicas e sociais, com pós-graduação em combate à corrupção e

lavagem de dinheiro. Ele começou a carreira pública como procurador do INSS em 1998, ocupou os cargos de corregedor-geral do instituto de 2001 a 2004 e subprocurador-geral de 2007 a 2008.

Na Controladoria-Geral da União (CGU), foi ouvidor-geral da União de março de 2016 a janeiro de 2019 e de corregedor-geral da União de 2019 a 2023. Hoje, ocupa o cargo de corregedor da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

investigar um esquema fraudulento de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Segundo nota oficial da Secretaria de Comunicação Social (Secom), a nomeação de Waller Júnior foi determinada à chefe substituta da Casa Civil, Míriam Belchior, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo presidente do INSS é bacharel em ciências jurídicas e sociais, com pós-graduação em combate à corrupção e

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que a orientação do governo é de, "evidentemente", reparar o dano a pessoas que foram lesadas com descontos indevidos no INSS, mas pontuou que a forma como isso será feito ainda não está formatada. Ele tratou desse assunto na terça-feira, com o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius de Carvalho.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

1º de Maio melancólico e de incertezas para os trabalhadores

Talvez o dia de hoje seja o mais melancólico 1º de Maio para os sindicatos brasileiros desde século, embora um feriado de quinta-feira, para a maioria dos trabalhadores, seja motivo de regozijo; para muitos, amanhã, sexta-feira, será ponto facultativo ou dia de home office, em mais um feriadão. Não é melancólico por causa do esvaziamento das tradicionais manifestações de trabalhadores, que historicamente são uma montanha-russa, com momento de ascenso e descenso do movimento operário, mas por causa dos descontos não autorizados de aposentados e pensionistas por associações e sindicatos ligados às centrais sindicais, no montante de R\$ 6,3 bilhões, o mais novo e maior dos escândalos da história do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou constrangimento por causa do esvaziamento das comemorações de 1º de Maio, no estacionamento da Neo Química Arena, em Itaquera, que reuniu menos de duas mil pessoas, um evento organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual é grande

patrono. Neste ano, o constrangimento é muito maior: o bilionário escândalo envolve o Ministério da Previdência, ao qual o INSS está diretamente subordinado. O ministro titular da pasta, Carlos Lupi, que é presidente do PDT, se recusa a pedir demissão do cargo. Houve incompetência, omissão e prevaricação.

O ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto e mais quatro dirigentes afastados dos cargos foram nomeações de Lupi: Vanderlei Barbosa dos Santos (diretor de Benefícios), Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho (procurador-geral), Giovanni Batista Fassarella Spiecker (coordenador de Suporte ao Atendimento) e Jucimar Fonseca da Silva (coordenador de Pagamentos e Benefícios). O ministro alega que foi traído pelos subordinados, mas não explica como R\$ 6,3 bilhões foram movimentados de forma fraudulenta sem que sequer tivesse conhecimento.

Em vez de comparecer ao ato de 1º de Maio, marcado para hoje, em São Paulo, Lula optou por realizar um encontro com os dirigentes sindicais, na terça-feira passada, e gravar um vídeo que será exibido pelas centrais sindicais. Nele, o

presidente diz que as pautas precisam ser novas e que os sindicatos precisam melhorar a comunicação nas redes sociais. Lula também se mostrou simpático à redução da jornada de trabalho e ao fim da escalada 6x1 (seis dias trabalhados e um de folga na semana).

Lula também fará um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, no qual destacará os aumentos reais do salário mínimo, do número de trabalhadores com carteira assinada e a menor taxa de desemprego dos últimos tempos. Entretanto, nada disso resolve o problema político criado pelo escândalo do INSS: a oposição na Câmara conseguiu 185 assinaturas e protocolou, ontem, o pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara para investigar o INSS.

De acordo com o relatório feito pela Controladoria-Geral da União (CGU), 70% das 29 entidades analisadas não entregaram a documentação completa ao INSS para a assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), que foram todos cancelados pelo governo. A Polícia Federal já investiga 11 entidades sindicais. O problema também caiu no

colo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, porque Lula decidiu ressarcir os aposentados e pensionistas que foram lesados, mas não sabe como. Haddad aguarda uma indicação da CGU e da Advocacia-Geral da União (AGU) para definir como isso pode ser feito legalmente.

Passado e presente

No Brasil, passado e presente se misturam no mundo do trabalho. A escravidão, com sua violência estrutural, impregnou a estrutura social de tal forma que a discussão sobre as relações de trabalho se mantém como um conflito entre as elites políticas e a grande massa da população. Daí decorrem o desrespeito e a redução dos direitos sociais. E o patrimonialismo nas estruturas sindicais.

Não temos "uma ética do trabalho", como assinalou Antônio Cândido, em *Dialética da malandragem*, um clássico ensaio sobre a cultura nacional. A péssima remuneração dos professores, cujo trabalho é considerado "vocaçào", é um bom exemplo, em contraste com as altas remunerações do setor público desproporcionais

aos serviços prestados à sociedade.

O trabalho intelectual no Brasil também é desvalorizado, não apenas o trabalho manual. De acordo com o Banco Mundial, 64% da riqueza mundial advém do conhecimento. Entretanto, as deficiências do sistema educacional reproduzem o analfabetismo funcional em grande escala.

A inserção social pela via do emprego já não é dominante. O trabalho avulso remunerado pela via dos aplicativos e o empreendedorismo são duas realidades novas. O "chão de fábrica" como "locus" do trabalho produtivo é cada vez mais minoritário. Os aplicativos estão revolucionando as relações de trabalho no Brasil num contexto social muito mais injusto do que nos países desenvolvidos.

A questão social que resulta dessa realidade está escancarada. O exército de desempregados e subempregados formado a partir da extinção de profissões ou redução de seus postos de trabalho depende cada vez mais da assistência de um Estado deficitário e pouco eficiente. Vivemos uma era de incertezas.